



Grupo de Trabalho: Experiências em Programas de Formação Docente.

O PROFESSOR DE GEOGRAFIA FRENTE AO IMPACTO DE LECIONAR EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PELO NOVO ENSINO MÉDIO

Igor Cardoso Tavares Nobre¹
Universidade Regional do Cariri

Allison Silva do Nascimento²
Universidade Regional do Cariri

Antônio Damião Pinheiro Dias³
Universidade Regional do Cariri

Anderson Camargo Rodrigues Brito⁴
EEMTI Juvêncio Barreto

RESUMO

O seguinte relato de base acadêmica e científica, realiza uma sistematização das experiências desempenhadas durante o período de vigência do Programa Residência Pedagógica - PRP/URCA, alinhados ao subprojeto de Geografia. O trabalho dialoga acerca da postura do Professor de Geografia, mas também das adversidades advindas dos estudantes diante da Lei nº 13.415/2017 que instituiu o Novo Ensino Médio. Busca analisar as transformações decorridas da instauração da política, que acarretou impactos significativos no processo de ensino-aprendizagem em meio a educação geográfica. É elencada por relatos anteriores e posteriores a Lei, além de somar-se às experiências desencadeadas por meio do programa. São constatados déficits na aprendizagem, além da diluição curricular, redução da carga horária das disciplinas. Em diálogo a isto vem se investindo na promoção atividades didático-pedagógicas que despertem a atenção e o interesse dos educandos, prezando por projetos interdisciplinares. Nesse sentido, o programa atua como uma possibilidade para fugir das estruturas pragmáticas e tradicionais do ensino.

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista do Programa Residência Pedagógica (CAPES/URCA). Email: igor.nobre@urca.br

² Graduando em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista do Programa Residência Pedagógica (CAPES/URCA). Email: allison.silva@urca.br

³ Graduando em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista do Programa Residência Pedagógica (CAPES/URCA). Email: antonio.damiao@urca.br

⁴ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Juvêncio Barreto. Preceptor do Programa Residência Pedagógica (CAPES/URCA). Email: anderson.camargo@hotmail.com



Palavras-chave: Programa Residência Pedagógica. Educação Geográfica. Novo Ensino Médio.

1. INTRODUÇÃO

O sistema de educação é constituído por linguagens didáticas-pedagógicas e também por procedimentos práticos-teóricos que em junção, potencializam a construção do processo de ensino aprendizagem, é onde averiguamos que a busca pela diversidade de conhecimentos se torna indispensável para a formação pessoal e profissional dos cidadãos, se preocupando com uma contribuição explícita nos âmbitos políticos, econômicos, sociais e ambientais em uma dada sociedade.

Em face do exposto, a disciplina de geografia é um campo de conhecimentos e saberes específicos que está posta em meio ao sistema educacional, onde o objeto de estudo desta área é interdisciplinar, tendo em vista que o espaço geográfico é onde ocorrem os fenômenos e as relações sociais, sendo uma dualidade produzida entre o homem e a natureza, forma-se por elementos pautados no cotidiano comum, o que a deveria tornar a ciência geográfica uma matéria interessante no ponto de vista dos estudantes.

Contudo, Cavalcanti (2010) nos apresenta algumas das preocupações já experienciadas pelos professores de geografia inseridos na educação básica, bem como: criar expectativas para encontrar motivações ou interesses pela matéria, o que se relata é uma dificuldade em “atrair” os estudantes, além das condições de trabalho e as “representações” desenvolvidas sobretudo acerca da escola pública, se nota que mesmo anteriormente a alteração da Lei nº 9.394/1996 da LDB, que revogou a Lei nº 13.415/2017 instituindo o Novo Ensino Médio, já se descrevia uma educação geográfica rotineira e repetitiva.

Posto isto inserimos a problemática experimentada a partir da inserção no Programa Residência Pedagógica - PRP/URCA, onde a prática nos proporciona enumerar os impactos em decorrência da instalação do novo ensino médio, que Farias (2020) trata como “a reforma que deforma”, é onde houve uma compactação dos componentes curriculares das disciplinas que compõem a pluralidade de temáticas inseridas nas ciências humanas, redigimos uma análise acerca da titulação que nos vem sendo atribuída como professor de ciências humanas, não sendo esta cabível diante da singular formação em geografia em que estamos perfazendo.

Considera-se que o conjunto de disciplinas que formam as ciências humanas são componentes curriculares indispensáveis para a formação cidadã no que diz respeito ao almejo de investigação dos problemas sociais, políticos e econômicos existentes no país, assim o grupo constituído pelas disciplinas de: Geografia, Sociologia, Filosofia e Sociologia necessitam de profissionais que atuem em suas respectivas áreas de formação acadêmica, é onde observamos que o novo formato imposto propõe uma fragmentação dos saberes e ao mesmo tempo uma generalização das formações, logo este raciocínio pode ser verificado quando há uma redução da carga horária e também das temáticas de ambas disciplinas escolares.



Visando a diluição curricular, defendemos por meio do programa residência pedagógica uma educação que possibilite aos estudantes aplicarem as diversas temáticas sociais e humanas, nas suas vivências, nas suas realidades, para enxergarem o ambiente escolar como uma ferramenta difusora da vida, não como um local formado por componentes curriculares básicos a serem cumpridos.

O trabalho busca analisar as transformações na atuação profissional do Professor de Geografia no contexto das mudanças realizadas pela revogação da Lei nº 13.415/2017 que instituiu o Novo Ensino Médio (NEM). A referida normativa tem propiciado uma compactação das disciplinas das ciências humanas no currículo e impondo o domínio conteudista sob o grande grupo de disciplinas que compõem a matriz de cada ciência que compõem o campo de estudo.

Tem-se como objetivos específicos: identificar os elementos teóricos e práticos que marcam os dilemas experienciados pelos docentes antes e após a instalação do NEM no país e descrever os impactos vivenciados pelos professores de geografia com base na inserção acadêmica do programa de residência pedagógica.

A proposta surge diante das atividades desempenhadas durante as atividades vivências por meio do programa residência pedagógica, mais especificamente por meio do subprojeto de geografia instituído na Escola de Educação em Tempo Integral Juvêncio Barreto, localizada no Bairro Batateiras, dentro dos limites urbanos do município do Crato/CE. O referido projeto nos possibilitou experienciar o funcionamento da Rede Estadual de Educação do Estado do Ceará, sobretudo os impactos da reforma da educação básica, constatamos e discutimos a postura do professor de geografia diante das adversidades impostas.

Para isso buscou-se produções que refletem a realidade do sistema educacional com relatos anteriores a revogação da Lei nº 13.415/2017, bem como Cavalcanti (2010) e paralelamente por meio dos relatos e das reflexões posteriores a Lei, sendo elencada com as construção de Farias (2017), somando-se às experiências desenvolvidas e vivenciadas por meio do programa residência pedagógica.

2. DESENVOLVIMENTO

Cavalcanti (p.1, 2010) inicia sua discussão sobre as insatisfações, decepções e preocupações que permeiam a postura dos professores na contemporaneidade, tecendo os seguintes questionamentos:

“O que preocupa o professor na atualidade? Que perguntas ele se faz? O que o aflige? Quais são os desafios ele quer e precisa enfrentar? Que questões permanentes são específicas do professor de Geografia? Como ele concebe seu trabalho e o papel social que exerce?”

Sua pesquisa teve como ponto de partida algumas questões indagadas durante o cotidiano em sala de aula, comprovando que o impacto ocorre independentemente das recentes políticas que modificaram as estruturas da educação básica.



Como nos alude a referida autora, as deficiências e demais adversidades sempre estiveram ao lado dos educadores(as), ela buscou recorrer a nove possibilidades, nomeadas como “caminhos ou abordagens” para desenvolver uma educação geográfica atraente e interessante para os estudantes, não obstante têm-se a intensa busca por revolução dos sistema educacional brasileiro, por melhorias nas condições de trabalho e até na (re)invenção das abordagens e metodologias docentes, assim:

Os professores de Geografia relatam que estão frequentemente enfrentando dificuldade em “atrair” seus alunos nas aulas, pois a maioria não se interessa pelos conteúdos que essa disciplina trabalha. No entanto, se a Geografia contempla a diversidade da experiência dos homens na produção do espaço, as questões espaciais estão sempre presentes no cotidiano de todos eles, sejam as de dimensões globais ou locais. É o caso de se questionar, então, por que os alunos não mostram interesse especial pelos conteúdos da disciplina, limitando-se, na maior parte das vezes, ao cumprimento formal das obrigações escolares.” (CAVALCANTI, p. 3, 2010)

Tendo em vista o atual cenário promovido pelo sistema educacional em diálogo com as demandas acerca dos educadores. É nítido o quanto essas dificuldades são explícitas em diversas compatibilidades do processo de ensino-aprendizagem, desafiando os profissionais a promoverem uma educação significativa, democrática, que visa “atrair” a atenção e o interesse dos estudantes, tendo em vista que na realidade o fenômeno é inverso, mesmo diante de uma disciplina que se dedica aos estudos das diferente realidades, descreve-se fatos referentes a falta de estímulos para firmar a educação geográfica.

Nesse sentido, a geografia não deve ser compreendida como uma mero componente das ciências humanas, é um campo interdisciplinar que se dedica aos estudos dos elementos e fenômenos que ocorrem no espaço geográfico, onde os professores teoricamente estão em busca de propor inovações para construção da educação atraente e democratizada.

Assim, o programa residência pedagógica atua como uma possibilidade de reverter o que vem sendo percebido, sendo um espaço propício para fugir das estruturas pragmáticas e tradicionais do ensino. O projeto consiste em fomentar propostas institucionais concretizadas por instituições de ensino superior para o desenvolvimento da formação inicial dos estudantes inseridos nas categorias de licenciatura.

Durante atuação residente, foi nitidamente observado que as condições nas práticas docentes exprimem um papel desafiador, considerando o fato do novo modelo de ensino, a reforma do ensino médio no Brasil estruturada pela Lei Nº 13.415/2017, apresentou mudanças significativas no currículo e na organização educacional, por conseguinte, é de grande relevância refletir acerca das divergências de opiniões a respeito dessa reforma, uma vez que várias críticas têm sido erguidas: o impacto no estudante trabalhador, a flexibilidade curricular que pode acarretar desavenças no seu cotidiano, a diluição dos livros didáticos, redução da carga horária, entre outros argumentos críticos.



A reforma também pode agravar as desigualdades sociais, já que estudantes de diferentes contextos podem ter acesso desigual a informações, orientação vocacional e recursos educacionais. Farias (p. 133, 2017) já apresenta uma reflexão histórica-social-política no referente ano em que a medida provisória que alterou a Lei nº 13.415/2017, ele nos diz que:

De antemão, aceitamos que precisamos enfrentar a baixa qualidade da formação dos nossos jovens nesse nível de ensino. Entretanto, não concordamos que isso deve ser feito através de uma reforma imposta por medida provisória, forma bastante comum em regimes autoritários, e sem amplo debate com a sociedade, os profissionais que fazem a educação, as famílias e os alunos, estes últimos os mais interessados nessa questão. Aliás, em um governo ilegítimo e estabelecido através de um golpe, com o objetivo de impor à classe trabalhadora as reformas de um projeto de gestão rejeitado pela população, nas urnas, os encaminhamentos não poderiam ser diferentes.

Consoante a miríade dos fatos, os sujeitos formadores poderão buscar meios de mudar a situação no âmbito escolar coletivamente, abordar temas interdisciplinares e transversais, no qual irá demandar uma revisão das práticas pedagógicas tradicionais, exigindo uma maior colaboração entre os docentes das diversas disciplinas.

Vale ressaltar que, os professores de Geografia enfrentam desafios significativos ao lidar com as mudanças no currículo do Ensino Médio, especialmente no que diz respeito à necessidade de integração de diferentes áreas de conhecimento. Além disso, é observada uma demanda por capacitação e atualização constante por parte dos professores de Geografia para lidar com as mudanças no contexto educacional. A introdução de novas metodologias de ensino, como a aprendizagem baseada em projetos e a educação inclusiva, requer um constante aprimoramento profissional para garantir a eficácia do processo de ensino-aprendizagem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A postura docente é dada pela busca por instituir uma motivação para a aprendizagem dos seus alunos e pelas abordagens de uma educação geográfica que promova a compreensão crítica do espaço, estimulando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e críticas, fundamentais para uma participação ativa e responsável na sociedade contemporânea.

No entanto, os resultados também apontaram para as dificuldades enfrentadas pelos docentes, como a falta de formação adequada para lidar com esse novo contexto, a sobrecarga de trabalho e a escassez de recursos didáticos adequados.



Diante disso, destacou-se a importância de políticas de formação continuada, investimentos em infraestrutura e disponibilização de materiais didáticos atualizados como medidas essenciais para apoiar os professores nessa transição. Além disso, ressaltou-se a necessidade de valorização do papel do professor como mediador do conhecimento e agente de transformação social, visando uma educação mais significativa e emancipadora para os estudantes.

Ficou evidente que o (NEM), ao propor uma maior interdisciplinaridade e flexibilidade curricular, trouxe consigo mudanças significativas na forma como o professor de Geografia concebe e ministra suas aulas. A necessidade de integração com outras áreas do conhecimento e a valorização de metodologias ativas trouxeram novos desafios, mas também oportunidades de enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem.

Diante do desafio imposto pelo Novo Ensino Médio (NEM) e sua abordagem interdisciplinar, fica evidente a necessidade crucial de os professores de Geografia adaptarem suas práticas pedagógicas para atender às demandas contemporâneas. Nesse contexto, a utilização de linguagens acessíveis torna-se uma ferramenta indispensável para promover uma aprendizagem significativa e inclusiva. Ao incorporar diferentes formas de expressão, como recursos visuais, tecnológicos e vivências práticas, o professor pode enriquecer o processo educacional, tornando-o mais dinâmico e engajador para os estudantes.

Essa abordagem não apenas facilita a compreensão dos conteúdos, mas também estimula a reflexão crítica e o desenvolvimento de habilidades essenciais para a formação integral dos alunos. Portanto, é fundamental que os docentes de Geografia reconheçam o potencial das linguagens acessíveis e as incorporem de maneira criativa e eficaz em sua prática pedagógica, visando assim a construção de um ensino mais inclusivo, participativo e voltado para as necessidades do século XXI.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, L. de S. **A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas.** I seminário nacional: currículo em movimento - Perspectivas Atuais, v. 1, p. 1-16, 2010.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. **A reforma que deforma: o Novo Ensino Médio e a Geografia.** Pensar Geografia, v. 1, n. 2, p. 129-149, 2017.